

Scotiabank Brasil
S.A. Banco múltiplo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	12
Demonstração do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração do fluxo de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

DESEMPENHO DO EXERCÍCIO

O Scotiabank Brasil encerrou o exercício de 2021 com um lucro líquido de R\$ 196.183 (R\$ 84.116 em 2020), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 16,23% (7,48% em 2020). Apresentou índice de Basileia do Conglomerado de 12,14% (2020 – 18,10%) e Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 786.432 (2020 – R\$ 482.536).

O Banco distribuiu dividendos no valor de R\$ 1.500 (2020 – R\$ 500) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 46.656 (2020 – R\$ 24.395), já deduzidos dos tributos incidentes.

Desde o início da pandemia, o Banco está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

Com o objetivo principal de complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, em 6 de novembro de 2020 foi constituída a Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que iniciou suas atividades operacionais em 1 novembro de 2021. A autorização de funcionamento da Corretora foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Grupo Scotiabank Brasil”).

OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

AGRADECIMENTOS

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Banco são adequados e suficientes.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Auditoria Externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações Financeiras

O Comitê analisou as Demonstrações Contábeis em conjunto com as Notas Explicativas, relativas ao exercício 2021 e debateu com a KPMG e com executivos da Organização antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste Relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554 e nº 3.198 e que o sistema de controles do Scotiabank Brasil S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 10 de março de 2022.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3g, 9c e 9d das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3g, 9c e 9d, o Banco registrou em 31 de dezembro de 2021 R\$ 167.836 mil de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito).</p> <p>Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("rating"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira, e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perdas relacionados a cada nível de riscos, envolvem premissas e julgamentos feitos pelo Banco baseados em suas metodologias internas de avaliação dos níveis de risco dos clientes.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;– Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias internas e premissas utilizadas para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a provisão complementar, como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira. Essa análise foi com base em entendimento dos processos do cliente e comparação de dados de mercado com a análise de crédito;– Analisamos, para todos os clientes da carteira, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99;– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos	
Ver notas explicativas 3e e 7 das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 531.347 mil (ativo) e R\$ 2.828.429 mil (passivo) e são contabilizados pelo valor de mercado.</p> <p>O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como <i>swaps</i>, termos, operações de futuro e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros.</p> <p>Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e o fato do cálculo do valor de mercado basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliamos o desenho, dos controles internos chaves implementados pelo Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros; – Recalculamos, com base em amostragem da carteira de instrumentos derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros com base em informações observáveis no mercado, como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado; e em certos casos a aplicação de política interna do Banco; – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Mark Suda Yamashita

Contador CRC SP-271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Disponibilidades	4	11.818	14.063
Ativos financeiros		14.058.748	11.517.950
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	7.643.337	6.748.959
Títulos e valores mobiliários	6	1.523.351	574.845
Instrumentos financeiros derivativos	7	531.347	182.046
Operações de crédito	9a	1.928.790	1.625.844
Operações de câmbio	10	2.361.054	2.344.951
Outros ativos financeiros	11a	70.869	41.305
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(168.285)	(156.980)
Títulos e valores mobiliários	6c	(449)	(444)
Operações de crédito	9c/d	(983)	(831)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(166.853)	(155.705)
Créditos tributários	20b/c	116.217	102.073
Investimentos		60.232	6
Participações em controladas	12	60.226	-
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso		11.463	6.901
Imóveis de uso		892	900
Outras imobilizações de uso		23.803	18.224
Depreciações acumuladas		(13.232)	(12.223)
Intangível		2.853	2.532
Ativos intangíveis		3.942	3.418
Amortizações acumuladas		(1.089)	(886)
Outros ativos	11b	27.390	28.682
Total do ativo		14.120.436	11.515.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2021	2020
Passivos financeiros		<u>12.633.646</u>	<u>10.141.162</u>
Depósitos	13	1.155.567	166.821
Captações no mercado aberto	14	799.333	937.305
Obrigações por empréstimos	15	3.977.177	2.139.081
Obrigações por repasses	16, 25a	1.396.454	1.306.314
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.828.429	3.706.876
Operações de câmbio	10	1.771.039	1.798.495
Outros passivos financeiros	17a	705.647	86.270
Obrigações fiscais diferidas	20b	69.396	15.639
Provisões para contingências	18d	31.432	28.528
Outros passivos	17b	120.135	177.981
Patrimônio líquido		<u>1.265.827</u>	<u>1.151.917</u>
Capital social	19	796.879	796.879
Reservas de lucros	19	487.178	347.384
Outros resultados abrangentes	3d	(18.230)	7.654
Total do passivo		<u>14.120.436</u>	<u>11.515.227</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		2021		2020
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		653.718	808.893	979.794
Operações de crédito	9f	135.834	101.172	421.069
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		243.307	354.528	228.342
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	274.577	353.193	(47.867)
Resultado em operações de câmbio		-	-	378.250
Despesas da intermediação financeira		(388.506)	(360.268)	(690.242)
Operações de captação no mercado aberto		(62.736)	(82.847)	(54.181)
Operações de empréstimos e repasses		(126.657)	(107.861)	(636.061)
Resultado em operações de câmbio		(199.113)	(169.560)	-
Resultado da intermediação financeira		265.212	448.625	289.552
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(16.304)	(11.305)	(70.663)
Títulos e valores mobiliários		(4)	(5)	(444)
Operações de crédito	9d	46	(152)	(753)
Outros créditos com características de concessão de crédito	9d	(16.346)	(11.148)	(69.466)
Resultado bruto da intermediação financeira		248.908	437.320	218.889
Outras receitas/(despesas) operacionais		(59.510)	(113.947)	(89.904)
Receitas de prestação de serviços		12.364	21.015	19.064
Despesas de pessoal	25b	(44.347)	(86.148)	(67.919)
Outras despesas administrativas	25c	(17.694)	(30.575)	(25.574)
Despesas tributárias		(10.059)	(15.824)	(18.796)
Resultado de participação em controlada	12	(120)	230	-
Outras receitas operacionais		346	653	4.235
Outras despesas operacionais		-	(3.298)	(914)
Reversões/(despesas) de provisões para contingências		(414)	(766)	(1.339)
Trabalhistas		(45)	(91)	(800)
Fiscais		(369)	(675)	(537)
Garantias financeiras prestadas		-	-	(2)
Resultado operacional		188.984	322.607	127.646
Resultado não operacional		(8)	(8)	(5)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		188.976	322.599	127.641
Imposto de renda e contribuição social	20a	(65.450)	(123.949)	(41.345)
Provisão para imposto de renda		(35.226)	(67.025)	(49.572)
Provisão para contribuição social		(30.212)	(56.155)	(37.240)
Ativo fiscal diferido		(12)	(769)	45.467
Participações nos lucros		(2.467)	(2.467)	(2.180)
Lucro líquido do semestre/exercício		121.059	196.183	84.116
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		28,79	46,66	20,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	Nota	2º Semestre	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício		<u>121.059</u>	<u>196.183</u>
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Varição no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		<u>(16.355)</u>	<u>(25.884)</u>
Títulos e valores mobiliários		(29.960)	1.836
Efeito fiscal	20b	13.482	(826)
Ajuste de avaliação patrimonial controlada		<u>123</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente		<u><u>104.704</u></u>	<u><u>170.299</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		796.879	26.737	265.731	6.644	-	1.095.991
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	1.010	-	1.010
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	84.116	84.116
Constituição de reserva legal		-	4.205	-	-	(4.205)	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	79.911	-	(79.911)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	-	(28.700)	-	-	(28.700)
Pagamento de dividendos		-	-	(500)	-	-	(500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		796.879	30.942	316.442	7.654	-	1.151.917
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(25.884)	-	(25.884)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	196.183	196.183
Constituição de reserva legal	19b	-	9.809	-	-	(9.809)	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	131.485	-	(131.485)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	19c	-	-	-	-	(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos	19c	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		796.879	40.751	446.427	(18.230)	-	1.265.827
Saldos em 30 de junho de 2021		796.879	34.698	316.442	(1.875)	71.368	1.217.512
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(16.355)	-	(16.355)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	121.059	121.059
Constituição de reserva legal		-	6.053	-	-	(6.053)	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	131.485	-	(131.485)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos		-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		796.879	40.751	446.427	(18.230)	-	1.265.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		2021		2020
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		121.059	196.183	84.116
Ajustes ao lucro líquido		51.364	73.910	6.480
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6c, 9d	16.304	11.305	70.663
Resultado de participações em controladas	12	120	(230)	-
Depreciações e amortizações	25c	653	1.261	1.540
Perda na baixa de imobilizado e intangível		8	8	-
Impostos diferidos	20a,20b	33.862	60.788	(67.070)
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	18d	417	778	1.347
Variação de ativos e obrigações		1.569.046	(12.154)	2.223.716
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(247.080)	(756.735)	(1.769.588)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(768.915)	(995.561)	192.895
Redução/(aumento) em instrumentos financeiros derivativos		865.426	(1.227.747)	2.729.971
(Aumento)/redução em operações de crédito		(541.073)	(302.946)	138.172
Redução/(aumento) em operações de câmbio	10	57.804	(43.559)	(44.163)
Redução/(aumento) em outros ativos financeiros	11a	258.435	(29.564)	(324)
(Aumento)/redução em outros ativos		(14.143)	3.418	(9.320)
Aumento/(redução) em depósitos	13	563.087	988.746	(884.178)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	14	41.952	(137.972)	512.722
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	15,16	649.553	1.928.236	1.252.227
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros	17a	661.554	619.377	(5.805)
Aumento/(redução) em outros passivos	17b	42.446	(57.847)	111.107
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.741.469	257.939	2.314.312
Atividades de investimentos				
Alienação de imobilizado de uso		232	232	-
Alienação de intangível		807	807	-
Aquisição de investimentos		-	(60.000)	-
Aquisição de imobilizado de uso		(2.970)	(5.829)	(3.289)
Aplicações do intangível		(336)	(1.363)	(1.672)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(2.267)	(66.153)	(4.961)
Atividades de financiamentos				
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(54.889)	(54.889)	(28.700)
Pagamento de dividendos		(1.500)	(1.500)	(500)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		(56.389)	(56.389)	(29.200)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.682.813	135.397	2.280.151
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		1.046.722	2.594.138	313.987
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	2.729.535	2.729.535	2.594.138
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.682.813	135.397	2.280.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 10 de março de 2022.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

3 Descrição das Principais Práticas Contábeis

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas “Outras receitas/despesas operacionais” diretamente para as respectivas contas “Receitas/despesas da intermediação financeira” na demonstração de resultado.

b. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

d. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e “Títulos mantidos até o vencimento”, os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

f. Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

h. Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

i. Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;

- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

j. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificadas perdas por *impairment*.

k. Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias.

l. Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos.

m. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei 7.689/1988.

Nos termos da Lei 14.183/2021, a alíquota de CSLL foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Os Créditos Tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

Com base na Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c).

n. PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p. Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22).

q. Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que revoga a Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

r. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- (i) Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 25e.

s. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Disponibilidades	<u>11.818</u>	<u>14.063</u>
Moeda nacional	1.317	2.599
Moeda estrangeira	10.501	11.464
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>2.717.717</u>	<u>2.580.075</u>
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	2.612.994	2.580.075
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>104.723</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.729.535</u>	<u>2.594.138</u>

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2021				2020	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	<u>-</u>	<u>4.169.574</u>	<u>756.046</u>	<u>2.612.994</u>	<u>7.538.614</u>	<u>6.748.959</u>
Posição bancada – LTN	-	-	-	-	-	5.812.338
Posição vendida – LTN	-	4.169.574	756.046	-	4.925.620	936.621
Posição vendida – NTN	-	-	-	2.612.994	2.612.994	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>104.723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104.723</u>	<u>-</u>
Depósitos interfinanceiros	<u>104.723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104.723</u>	<u>-</u>
Total	<u>104.723</u>	<u>4.169.574</u>	<u>756.046</u>	<u>2.612.994</u>	<u>7.643.337</u>	<u>6.748.959</u>

6 Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

a. Títulos para negociação

	2021				2020			
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria								
LTN	10.427	1.103	180	-	11.710	-	1.386	1.345
NTN	-	-	-	8.934	8.934	9.414	9.930	9.695
Total	10.427	1.103	180	8.934	20.644	9.414	11.316	11.040

b. Títulos disponíveis para venda

	2021					2020			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/ Contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	Custo atualizado
Carteira própria									
LTN	-	-	2.586	-	-	2.586	2.594	47.967	47.247
Subtotal	-	-	2.586	-	-	2.586	2.594	47.967	47.247
Vinculados a prestação de garantias⁽ⁱ⁾									
LTN	-	-	195.160	518.879	610.315	1.324.354	1.357.484	343.127	329.931
Cotas de fundo de investimento	35.368	-	-	-	-	35.368	35.368	33.799	33.799
Subtotal	35.368	-	195.160	518.879	610.315	1.359.722	1.392.852	376.926	363.730
Total	35.368	-	197.746	518.879	610.315	1.362.308	1.395.446	424.893	410.977

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

c. Títulos mantidos até o vencimento

	2021				2020			
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/ Contábil	Valor de mercado	Custo atualizado/ Contábil	Valor de mercado
Carteira própria								
Debêntures ⁽ⁱ⁾	1.332	4.784	9.330	124.953	140.399	149.310	138.636	159.817
Total	1.332	4.784	9.330	124.953	140.399	149.310	138.636	159.817

(i) No exercício 2021 foi constituída provisão no montante de R\$ 5 de um total de 449 (R\$ 693 em 2020) em função do risco de crédito.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a. Contratos futuros

	2021		2020	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	34.852.960	(704.661)	25.400.227	(69.314)
DI	1.069.453	289	2.361.006	446
DDI	32.245.442	(673.672)	20.846.324	(71.209)
Dólar	1.538.065	(31.278)	2.192.897	1.449
Posição vendida	3.468.715	29.863	2.644.104	(1.534)
DI	1.963.097	(614)	525.726	(7)
DDI	1.505.618	30.477	2.118.378	(1.527)

Em 31 de dezembro de 2021, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 23 (Dez/2020 - R\$ 18), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b. Operações de *swap* e operações a termo

Por indexador	2021			2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
<i>Swap</i>						
Valores a receber	<u>15.001.746</u>	<u>201.238</u>	<u>489.000</u>	<u>3.989.542</u>	<u>54.804</u>	<u>135.924</u>
CDI x Dólar	14.769.746	195.840	483.093	3.757.542	53.414	132.649
CDI x Euro	232.000	5.398	5.907	232.000	1.390	3.275
Valores a pagar	<u>12.239.541</u>	<u>(2.810.839)</u>	<u>(2.810.062)</u>	<u>11.831.877</u>	<u>(3.235.576)</u>	<u>(3.695.896)</u>
CDI x Dólar	12.239.541	(2.810.839)	(2.810.062)	11.831.877	(3.235.576)	(3.695.896)
Termo de moedas - NDF						
Valores a receber	<u>2.276.587</u>	<u>44.241</u>	<u>42.347</u>	<u>922.685</u>	<u>35.095</u>	<u>46.122</u>
Posição comprada	2.276.587	44.241	42.347	922.685	35.095	46.122
Valores a pagar	<u>203.539</u>	<u>(12.001)</u>	<u>(11.367)</u>	<u>451.577</u>	<u>(11.362)</u>	<u>(10.980)</u>
Posição comprada	203.539	(12.001)	(11.367)	451.577	(11.362)	(10.980)
Total	<u>29.721.413</u>	<u>(2.577.361)</u>	<u>(2.297.082)</u>	<u>17.195.681</u>	<u>(3.157.039)</u>	<u>(3.524.830)</u>

c. Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2021				2020	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	3.243.972	3.059.364	4.441.453	27.576.886	38.321.675	28.044.331
<i>Swap</i> ⁽ⁱⁱ⁾	666.460	1.227.800	1.161.402	24.185.625	27.241.287	15.821.419
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	1.065.456	1.414.670	2.480.126	1.374.262
Total	<u>3.910.432</u>	<u>4.287.164</u>	<u>6.668.311</u>	<u>53.177.181</u>	<u>68.043.088</u>	<u>45.240.012</u>

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d. Segregação entre circulante e não circulante

O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo						
Swap	61.950	427.050	489.000	43.158	92.766	135.924
Termo de moedas - NDF	23.397	18.950	42.347	44.150	1.972	46.122
Total	85.347	446.000	531.347	87.308	94.738	182.046
Passivo						
Swap	(326.256)	(2.490.806)	(2.817.062)	(811.596)	(2.884.300)	(3.695.896)
Termo de moedas - NDF	(9.393)	(1.974)	(11.367)	(10.088)	(892)	(10.980)
Total	(335.649)	(2.492.780)	(2.828.429)	(821.684)	(2.885.192)	(3.706.876)

e. Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão assim compostos:

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Futuros	1.996.230	771.623	3.940.009
Swap	(1.718.756)	(394.077)	(4.109.061)
Operações a termo	(2.897)	(24.353)	121.185
Total	274.577	353.193	(47.867)

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8 Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco.

A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos.

Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco.

Gerenciamento de capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço:
<http://www.br.scotiabank.com>.

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.748.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.
- **Nível 2** – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Risco de Mercado

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Circular nº 3.354, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

Afim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de Sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes.

Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de Negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	363	(363)
Exposição ao Cupom Cambial	1.157	(1.157)
Total	1.520	(1.520)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	(13.770)	13.770
Exposição ao Cupom Cambial	1.157	(1.157)
Total	(12.613)	12.613

Análise de Sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de Negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(36)	(805)	(1.208)
Exposição ao Cupom Cambial	(116)	(158)	(236)
Total	(152)	(963)	(1.444)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(427)	(853)	(1.280)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(1.377)	(30.725)	(46.087)
Exposição ao Cupom Cambial	(116)	(157)	(236)
Total	(1.493)	(30.882)	(46.323)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	<u>(427)</u>	<u>(853)</u>	<u>(1.280)</u>

Na análise realizada, as operações da Carteira Bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco.

No caso da Carteira de Negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9 Operações de Crédito

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2021					2020	
	Vencidas	A vencer				Total	Total
		Acima de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses		
Setor Privado							
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	-	204.172	101.734	60.435	366.341	319.530
Indústria	-	-	-	101.734	-	101.734	127.975
Outros serviços - PJ	-	-	204.172	-	60.435	264.607	191.555
Nota de crédito à exportação (NCE) (nota 25a)	-	279.922	-	558.340	558.192	1.396.454	1.306.314
Indústria	-	279.922	-	558.340	558.192	1.396.454	1.306.314
Outros créditos – Indústria⁽ⁱⁱ⁾	165.995	-	-	-	-	165.995	-
Total CCB, NCE e Outros Créditos	165.995	279.922	204.172	660.074	618.627	1.928.790	1.625.844
CCL Exportação com ACC – (nota 10)	-	361.952	129.736	-	-	491.688	434.605
Indústria	-	30.904	58.267	-	-	89.171	308.075
Outros serviços – PJ	-	331.048	71.469	-	-	402.517	126.530
Rendas a receber de ACC – (nota 10)	-	1.706	252	-	-	1.958	8.009
Indústria	-	368	188	-	-	556	5.030
Outros serviços - PJ	-	1.338	64	-	-	1.402	2.979
CCL Exportação com ACE – (nota 10)	-	85.928	32.555	-	-	118.483	78.566
Indústria	-	85.928	32.555	-	-	118.483	78.566
Variação cambial CCL Exportação com ACC/ACE⁽ⁱ⁾	-	24.732	(464)	-	-	24.268	24.640
Indústria	-	2.092	140	-	-	2.232	21.267
Outros serviços – PJ	-	22.640	(604)	-	-	22.036	3.372
Total ACC e ACE	-	474.318	162.079	-	-	636.397	545.820
Total	165.995	754.240	366.251	660.074	618.627	2.565.187	2.171.666

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de Câmbio Comprado a Liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.

(ii) Referem-se a operações de ACE que tiveram seus contratos de câmbio liquidados no Banco Central do Brasil, mas devido a renegociação da operação foram reclassificadas para o Cosif de “Outros créditos”.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b. Concentração das operações de crédito

	2021	2020
Principal devedor – (nota 25a)	1.396.454	1.306.314
Percentual sobre o total da carteira de crédito	54,5%	60,2%
20 maiores devedores	2.565.187	2.171.666
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	% mínimo de provisionamento requerido	2021				2020	
		Total da Carteira	Provisão mínima	Provisão Adicional ⁽ⁱ⁾	Provisão Total	Total da Carteira	Provisão Total
AA	0,0%	2.399.192	-	(1.841)	(1.841)	2.016.899	(1.769)
H	100,0%	<u>165.995</u>	<u>(165.995)</u>	<u>-</u>	<u>(165.995)</u>	<u>154.767</u>	<u>(154.767)</u>
Total		<u>2.565.187</u>	<u>(165.995)</u>	<u>(1.841)</u>	<u>(167.836)</u>	<u>2.171.666</u>	<u>(156.536)</u>

(i) Provisão adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldos no início do exercício	(156.536)	(86.317)
Constituição de provisão	(16.607)	(70.219)
Reversão de provisão	<u>5.307</u>	<u>-</u>
Saldos no final do exercício	<u>(167.836)</u>	<u>(156.536)</u>

e. Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 849.395 (R\$ 343.025 em 2020).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f. Resultado de operações de crédito

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de financiamentos à exportação	121.856	79.474	411.497
Rendas de empréstimos	<u>13.978</u>	<u>21.698</u>	<u>9.572</u>
Total	<u>135.834</u>	<u>101.172</u>	<u>421.069</u>

10 Operações de Câmbio

	2021	2020
Ativo circulante		
Câmbio comprado a liquidar	2.122.847	1.693.469
Direitos sobre vendas de câmbio	236.249	646.896
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – (nota 9a)	1.958	8.009
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(3.423)
Total	<u>2.361.054</u>	<u>2.344.951</u>
Passivo circulante		
Obrigações por compra de câmbio	2.125.878	1.663.275
Câmbio vendido a liquidar	255.332	648.392
Adiantamentos sobre contrato de câmbio – (nota 9a)	(610.171)	(513.172)
Total	<u>1.771.039</u>	<u>1.798.495</u>

11 Outros Ativos

a. Composição de outros ativos financeiros

	2021	2020
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	30.826	2.040
Outros	3	2
Subtotal	<u>30.829</u>	<u>2.042</u>
Ativo não circulante		
Devedores por depósitos em garantia – (nota 18d)	40.040	39.263
Subtotal	<u>40.040</u>	<u>39.263</u>
Total	<u>70.869</u>	<u>41.305</u>

b. Composição de outros ativos

	2021	2020
Ativo circulante		
Impostos e contribuições a compensar	21.333	23.191
Valores a receber sociedades ligadas	1.112	3.474
Outros valores e bens	1.044	641
Adiantamentos e antecipações salariais	898	234
Pagamentos a ressarcir	2.127	-
Outros	497	699
Subtotal	<u>27.011</u>	<u>28.239</u>
Ativo não circulante		
Outros valores e bens	278	345
Impostos e contribuições a compensar	98	95
Pagamentos a ressarcir	3	3
Subtotal	<u>379</u>	<u>443</u>
Total	<u>27.390</u>	<u>28.682</u>

12 Participações em controladas

O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	2021	2020
Percentual de participação no capital social	100%	-
Quantidade de ações detidas	60.000.000	-
Capital social da controlada	60.000	-
Patrimônio líquido da controlada	60.226	-
Resultado do período da controlada ⁽ⁱ⁾	230	-
Valor contábil do investimento	60.226	-
Resultado de equivalência patrimonial	230	-

- (i) A autorização de funcionamento da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi publicada em 11 de fevereiro de 2021, portanto o resultado apresentado corresponde ao período de 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

13 Depósitos

	2021				2020	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	202	-	-	-	202	91
Depósitos interfinanceiros	-	45.450	-	-	45.450	-
Depósitos a prazo	-	411.043	262.705	436.167	1.109.915	166.730
Total	202	456.493	262.705	436.167	1.155.567	166.821

Em 31 de dezembro de 2021 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 100% do DI (98% do DI em 2020).

14 Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2021, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 799.333 (R\$ 937.305 em 2020), com vencimentos até abril de 2022 e taxa de 5,02% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

15 Obrigações por Empréstimos

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 3.977.177 (R\$ 2.139.081 em 2020) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até junho de 2022. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,13% a 0,20% ao ano.

16 Obrigações por Repasses

As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 1.396.454 (R\$ 1.306.314 em 2020) – nota 25a, estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até abril de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,74% a 1,14% ao ano.

17 Outros passivos

a. Composição de outros passivos financeiros

	2021	2020
Passivo circulante		
Relações interdependências	-	13.364
Negociação e intermediação de valores	705.647	72.906
Total	<u>705.647</u>	<u>86.270</u>

b. Composição de outros passivos

	2021	2020
Passivo circulante		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	63.161	108.416
Impostos e contribuições a recolher	22.858	42.153
Provisão para despesas de pessoal	16.698	15.403
Valores a pagar sociedades ligadas	699	-
Outros	3.375	7.426
Subtotal	<u>106.791</u>	<u>173.398</u>
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	11.244	4.583
Outros	2.100	-
Subtotal	<u>13.344</u>	<u>4.583</u>
Total	<u>120.135</u>	<u>177.981</u>

18 Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a. Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 1.341 (R\$ 21.426 em 2020). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza cível e fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 13.422 (R\$ 13.801 em 2020), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.408 (R\$ 5.344 em 2020) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 6.830 (R\$ 6.159 em 2020), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c. Obrigações legais

O processo principal no montante de R\$ 19.355 (R\$ 19.046 em 2020), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d. Movimentação dos saldos

	<u>2021</u>			<u>2020</u>	
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações Legais	Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	1.290	2.887	24.351	28.528	27.181
Constituição/(reversão)	2.106	-	(8)	2.098	876
Atualização	112	50	644	806	471
Total	<u>3.508</u>	<u>2.937</u>	<u>24.987</u>	<u>31.432</u>	<u>28.528</u>

	<u>2021</u>			<u>2020</u>	
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações Legais	Total	Total
Depósitos Judiciais					
Saldo inicial	54	14.034	25.175	39.263	38.364
Constituição/(reversão)	30	-	-	30	104
Atualização	5	86	656	747	795
Total – (nota 11a)	<u>89</u>	<u>14.120</u>	<u>25.831</u>	<u>40.040</u>	<u>39.263</u>

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 (4.204.886.326 em 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme Ata da Diretoria, foram aprovados para pagamento:

- (i) Dividendos no valor de R\$ 1.500 (R\$ 500 em 2020).
- (ii) Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 46.656 (R\$ 24.395 em 2020), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 8.233 (R\$ 4.305).

20 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	320.132	320.132	125.461	125.461
Juros sobre o capital próprio	(54.889)	(54.889)	(28.700)	(28.700)
Adições/(exclusões) temporárias	(135.083)	(135.083)	148.535	148.535
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(150.607)	(150.607)	72.006	72.006
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.305	11.305	70.663	70.663
Outras	4.219	4.219	5.866	5.866
Adições/(exclusões) permanentes	11.390	1.857	6.917	1.822
Base tributável	141.550	132.017	252.213	247.118
Alíquotas	25%	22%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(35.363)	(29.480)	(63.029)	(46.841)
Incentivos fiscais	1.682	-	1.455	-
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes	(33.681)	(29.480)	(61.574)	(46.841)
Créditos tributários	(427)	(342)	25.132	20.335
Passivo fiscal diferido	(33.344)	(26.675)	12.002	9.601
Total	(67.452)	(56.497)	(24.440)	(16.905)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	Saldos em 31/12/2021
Refletido no resultado	102.073	15.767	(16.536)	101.304
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12.818	345	-	13.163
Provisões indedutíveis	7.634	8.154	(4.951)	10.837
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	70.442	5.689	(606)	75.525
Provisão para risco de crédito – debêntures	201	3	(1)	203
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	10.368	-	(10.368)	-
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como negociação	-	218	-	218
Outros	610	1.358	(610)	1.358
Refletido no patrimônio líquido	-	14.913	-	14.913
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	14.913	-	14.913
Total	102.073	30.680	(16.536)	116.217
	Saldos em 31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	Saldos em 31/12/2021
Passivo fiscal diferido	(9.377)	(60.242)	223	(69.396)
Refletido no resultado	(9.377)	(60.242)	223	(69.396)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	-	(57.746)	-	(57.746)
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como negociação	(124)	-	124	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(9.253)	(334)	99	(9.488)
Marcação a mercado de operações compromissadas	-	(2.162)	-	(2.162)
Refletido no patrimônio líquido	(6.262)	-	6.262	-
Ajuste a valor de mercado de TVM de classificados como disponíveis para venda	(6.262)	-	6.262	-
Total	(15.639)	(60.242)	6.485	(69.396)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças Temporárias	Total
1º ano	29.848	29.848
2º ano	24.569	24.569
3º ano	29.671	29.671
4º ano	18.913	18.913
6º ano ao 10º ano	13.216	13.216
Total	116.217	116.217
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	89.261	89.261

(ii) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

21 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, que revoga a Resolução CMN nº 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades	3.690	2.053	3.673	165
BNS	3.690	2.053	3.673	165
Carteira de câmbio – posição ativa	464.970	494.067	101	3.723
BNS	464.970	494.067	101	3.723
Depósitos a vista	(97)	-	-	-
Scotiabank Brasil CTVM	(97)	-	-	-
Captações no mercado aberto	(4.701)	-	(9)	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	(4.701)	-	(9)	-
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	413	3.474	15.151	15.100
BNS	(576)	2.443	15.483	15.564
Scotiabank & Trust (Cayman)	-	-	-	48
Scotiabank Inverlat (México)	-	-	(416)	(408)
Scotiabank Colpatría (Colômbia)	989	1.031	9	(4)
Scotiabank Peru	-	-	-	(100)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	-	-	75	-
Obrigações por empréstimos	(3.977.177)	(2.139.081)	(28.386)	(224.564)
BNS	(3.977.177)	(2.139.081)	(28.386)	(224.564)
Obrigações por repasses	(1.396.454)	(1.306.314)	(79.475)	(411.497)
BNS	(1.396.454)	(1.306.314)	(79.475)	(411.497)
Carteira de câmbio – posição passiva	(485.570)	(495.070)	(20.538)	(4.476)
BNS	(485.570)	(495.070)	(20.538)	(4.476)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	48	126
Scotiabank Colpatría (Colômbia)	-	-	48	17
Scotiabank Inverlat (México)	-	-	-	109

b. Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 21.423 (R\$ 13.030 em 2020), sendo formadas por R\$ 12.092 (R\$ 8.377 em 2020), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 9.331 (R\$ 4.653 em 2020), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22 Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

a. Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 4.788 (R\$ 3.147 em 2020) e a quantidade total de ações é de 44.649 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,4031 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 4.713 (R\$ 3.347 em 2020).

b. Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 7.486 (R\$ 4.270 em 2020) e a quantidade total de ações é de 30.567 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,4031 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 7.112 (R\$ 3.639 em 2020).

23 Benefícios a empregado pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.872 (R\$ 858 em 2020).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

24 Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado é de 12,14% (18,10% em 2020), o Patrimônio de Referência de R\$ 1.262.221 (R\$ 1.149.386 em 2020) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (*RWA*) de R\$ 786.432 (R\$ 482.536 em 2020). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização.

25 Outras Informações

a. Operações ativas vinculadas

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2021	2020	2021	2020
Operações de crédito				
NCE – (nota 9a)	1.396.454	1.306.314	263.164	571.987
ACC	317.056	-	37.552	-
Obrigações por repasses				
Repasses do exterior - (nota 16)	(1.396.454)	(1.306.314)	(263.164)	(571.987)
ACC	(316.092)	-	(35.617)	-
Resultado líquido	964	-	1.935	-

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação.

Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

b. Despesas de pessoal

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	29.330	56.983	45.198
Encargos sociais	11.774	22.189	16.225
Benefícios	2.498	5.014	4.975
Outros	745	1.962	1.521
Total	44.347	86.148	67.919

c. Outras despesas administrativas

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	6.294	10.699	8.335
Serviços do sistema financeiro	2.561	4.822	3.553
Aluguéis	1.854	3.447	2.932
Serviços técnicos especializados	1.182	2.398	2.482
Serviços de terceiros	1.247	2.264	1.713
Comunicações	837	1.402	884
Depreciação/amortização	653	1.261	1.540
Contribuições filantrópicas	1.200	1.200	1.211
Outras	1.866	3.082	2.924
Total	17.694	30.575	25.574

d. Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 e impactos nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia, as nossas atividades estão em plena capacidade operacional e nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

e. Resultado recorrente e não recorrente

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	121.059	196.183	84.116
Resultado não recorrente			
Majoração da alíquota da CSLL no crédito tributário e passivo fiscal diferido	-	(1.451)	-
Lucro líquido recorrente	121.059	194.732	84.116

26 Eventos subsequentes

Em 10 de fevereiro de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento de capital social no montante de R\$ 783.090. Em 16 de fevereiro de 2022, o Banco obteve aprovação pelo Banco Central do Brasil para esta alteração.

Diretoria

Antonio Pianucci
Izabel Eliza Oliveira Salvucci

Jaques Mester
Paulo André Campos Bernardo

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6